

Os saberes e a construção das identidades na escola: uma análise discursiva a partir da crônica “Os grandes contra os pequenos”, de Rubem Alves

letrônica

Carolina Coeli Rodrigues Batista¹**Introdução**

Desde o momento em que a criança, ainda bem pequena, tem o primeiro contato com a escola, ali começa, inevitavelmente, a construção de uma nova identidade, a formação de um novo sujeito histórico: o “sujeito aluno”. O indivíduo que, até então, já era historicamente constituído em sujeito filho, sujeito irmão mais velho ou mais novo, neto, sobrinho, etc., passa pelo processo assujeitamento enquanto ocupante do lugar social de aluno na escola, que é a instituição responsável pelo “disciplinamento” dos indivíduos nessa primeira fase de suas vidas.

A escola é considerada, pela nossa sociedade, a instituição responsável por tornar os indivíduos aptos a viverem em sociedade. A escola “dociliza” os indivíduos, os transmite o “conhecimento verdadeiro”, ou seja, “o saber científico”, e os prepara para atenderem às necessidades dos sistemas de produção que constituem essa sociedade na qual esses sujeitos estão inseridos.

Para que essa poderosa instituição cumpra esse papel que lhe é atribuído, ela lança mão de inúmeros “jogos de verdade”. Pretendemos, aqui, apreender e analisar o modo como algumas “vontades de verdade” são estrategicamente utilizadas a fim de docilizar o sujeito-aluno e como os jogos de verdade interferem na construção desse sujeito. Outro ponto relevante para compreendermos de que modo esse processo de construção de identidade do sujeito-aluno ocorre é a relação do saber com o poder, que foi muito bem estudada pelo filósofo francês Michel Foucault.

¹ Carolina Coeli R. Batista é formada em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande, aluna regular do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa “Discurso e Cultura”, e bolsista CAPES.

O presente trabalho está estruturado em três momentos principais: primeiramente, uma breve discussão sobre alguns conceitos chave da Análise do Discurso que nortearão nosso estudo; por segundo, a discussão sobre as relações entre “jogos de verdade”, “saber”, “docilização”, e “vontades de verdade” com a construção da identidade do sujeito-aluno; e, em um terceiro momento, a análise da crônica “Os grandes contra os pequenos” (em anexo), de Rubem Alves, com base nos conceitos discutidos nas seções anteriores.

1 Da Análise do Discurso: noções de sujeito e assujeitamento

1.1 Sobre a Análise do Discurso

A Análise do Discurso (AD) é uma “linha de pesquisa” relativamente nova entre os estudos relacionados à linguística. Esse campo do saber surgiu no final da década de 1960, na França, teve como precursores Jean Dubois e Michel Pêcheux, e se originou a partir da inquietação ao se estudar a problematização que envolve o sujeito e a produção dos sentidos na produção textual desse sujeito.

A AD estaria, na verdade, para além da Linguística, pois tem como objeto de análise unidades que envolvem não só a “materialidade” da língua, mas que também estão na exterioridade da linguagem. Essas unidades configuram-se como unidades mais complexas da língua as quais envolvem inúmeros fatores externos que fazem parte da enunciação. A essas “unidades mais complexas da linguagem”, que são o centro de seus estudos, a AD denominou “discursos”.

Além de envolvimento com a Linguística, a AD tem ligação direta com outras ciências como a Filosofia, a História, a Sociologia e a Psicanálise, que a auxiliam na fundamentação dos conceitos “norteadores” dentro dos estudos realizados nessa linha de pesquisa e análise.

Diferentemente do que muitos podem pensar, discurso, segundo a AD, não é a linguagem em si, mas precisa dela para se materializar. A noção de discurso aqui adotada é a de que falar em discurso implica considerar uma exterioridade à língua, o discurso, para nós, encontra-se no social e, dessa maneira, envolve questões que não são de ordem estritamente lingüística. Aludimos assim, a aspectos de caráter social e ideológico que “invadem” as palavras quando essas são pronunciadas. O discurso, então, é exterior à língua, mesmo que, se realize no momento em que fazemos uso dessa. O discurso são as vozes sociais que estão por trás da voz do “sujeito” e que o situam ideológico-historicamente. Trata-se de tudo o que envolve a “produção da mensagem” que é fabricada através da linguagem. Ou seja, é um

conjunto de elementos que remetem à exterioridade da língua como a ideologia, o materialismo histórico – referente às condições de enunciação dos discursos – e o inconsciente.

1.2 Noções de sujeito e assujeitamento

A Análise do Discurso considera a percepção de “assujeitamento” enquanto o processo no qual o “indivíduo” que, inserido em um meio social, transforma-se em um “sujeito social”, não mais isolado, e sim “fincado” no meio em que “vive” e situado histórica e ideologicamente.

As práticas discursivas constituem o “sujeito discursivo”, que, ao “se apropriar” daquelas, passa de indivíduo, fundamentado em uma individualidade, a um ser social que têm existência em um determinado momento da história, e está inscrito em dado espaço social e ideológico: o sujeito discursivo. Como afirma Pêcheux (1988, p.161): “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes”, em outras palavras, a ideologia “chama” indivíduos a ocuparem o lugar de sujeitos historicamente situados. O contexto sócio-histórico-ideológico determina as condições de produção do discurso do sujeito, ou seja, o sujeito assume uma posição discursiva de acordo com o meio em que está situado, e essa posição discursiva se dá através da ideologia na qual o sujeito está inscrito.

O indivíduo, desde o momento em que nasce, começa a ocupar certas posições (lugares) dentro das inúmeras esferas sociais, ele é filho, irmão, neto, sobrinho, colega, aluno, pai, empregado, chefe, e assim por diante. As posições que esse indivíduo está ocupando é que o constituirão enquanto “sujeito discursivo”. Desse modo, a AD nos apresenta a noção de sujeito como “sujeito discursivo ou ideológico”, tendo em vista que a essa designação está implícita a noção da conjuntura sócio-histórica-ideológica na qual esse sujeito está inserido, além do que, considerar essa noção de sujeito discursivo implica que o sujeito é pensado enquanto “posição” que ele ocupa para dizer o que diz. Segundo Foucault (1986, p.107), “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos”.

Em outras palavras, o processo de assujeitamento do indivíduo dá-se quando esse “ocupa” um lugar social em determinado momento histórico. A “relação de lugares” estabelece os lugares sociais ocupados por cada indivíduo dentro de uma formação social de

acordo com as relações de produção em um momento da história, e a ideologia representa esse lugar onde o sujeito está inscrito. Assim, o sujeito falante inclui-se numa dada formação discursiva, e, no momento em que ele fala, ele denuncia a formação ideológica na qual ele está inserido através dessa formação discursiva que se materializa na fala.

É claro que, envolvendo cada situação em que o indivíduo ocupa dado lugar de sujeito, estão os fatores sociais, culturais, históricos, que são determinantes e estão vinculados diretamente às “ideologias” que promovem esse processo de assujeitamento na medida em que interpelam o indivíduo e o transformam em sujeito.

Segundo a Análise do Discurso de linha francesa, essas ideologias, ou melhor, “formações ideológicas”, constituem o sujeito. Conforme a teoria pecheuxtiana do discurso, ao passo que o processo de constituição do sujeito pela ideologia ocorre, e ocorre também o processo de construção de sentidos para esse:

(...) o sentido de uma palavra, uma expressão, uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições, são produzidas. (...) as palavras, expressões, proposições, etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, (...) elas adquirem seu sentido em referência a essas posições... (PÉCHEUX, 1988, p.160)

Desse modo, os sentidos das palavras se constroem perpassados pela ideologia que constitui a formação discursiva do sujeito que as “usa”. Assim, ideologia, sujeito e sentido estão vinculados essencialmente e, portanto, são indissociáveis.

A fim de compreendermos melhor o sujeito discursivo, é importante que consideremos outro termo que possui grande relevância no que concerne ao assujeitamento: o interdiscurso.

Primeiramente, devemos considerar que sujeito não é a “origem” do seu “dizer”, mas o discurso que permeia o seu dizer já foi anteriormente dito, ou “não-dito”. Há sempre um discurso subjacente a um outro que, através das formações discursivas, foi originando tantos outros discursos que fazem parte do inconsciente do sujeito e são perpassados pelas ideologias. O que aqui chamamos de interdiscurso, pode ser compreendido, como sendo esses inúmeros discursos “já-ditos” anteriormente, dos quais o sujeito se apropria no momento em que fala.

O processo de assujeitamento, foco deste estudo, é o do indivíduo em sujeito-aluno que se dará através da inserção desse na escola. Objetivamos a uma compreensão de como os discursos veiculados tanto na sociedade em geral, quanto na escola, transmitem vontades de

verdade que transformam esse indivíduo em sujeito, mas não em um sujeito qualquer, mas no sujeito-aluno “exemplar”.

2 Escola: lugar de construção de identidades

Na formação social na qual estamos inseridos, o poder está associado de maneira direta ao saber. O detentor do poder é, normalmente, o detentor do saber. Assimilando esse pressuposto, Foucault tenta precisar a importância do saber na constituição do sujeito moderno e, conseqüentemente, na relação saber com o poder. Em uma releitura dos estudos foucaultianos sobre a relação estabelecida entre o sujeito moderno e os saberes, Veiga-Neto (2003, p. 53) afirma: “o sujeito moderno não está na origem dos saberes; ele não é o produtor de saberes mas, ao contrário, ele é um produto dos saberes. Ou, talvez melhor, o sujeito não é um produtor, mas é produzido no interior de saberes”.

Desse modo, podemos apreender que a escola exerce uma forte função social na formação dos indivíduos, tendo em vista que é nela que os indivíduos adquirem o “saber científico” que lhes dará poder futuramente. Numa perspectiva “bancária”² de educação, considera-se que o sujeito-aluno entra “vazio” na escola, ou seja, com um conhecimento de nível zero e que é papel da escola, mais especificamente do professor, depositar na cabeça do aluno o conhecimento necessário para torná-lo um sujeito culto. Por essa perspectiva, apenas o professor detém o saber, por isso, é, obviamente, o detentor do poder a maior parte do tempo.

A máquina do Estado, por sua vez, utiliza essa relação do poder com o saber, revelada pela escola, a fim de controlar os sujeitos. Na visão de Foucault (1996, p. 44), “todo sistema de educação é uma maneira de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Dessa maneira, acredita-se que a escola é um mecanismo de controle da sociedade.

Foucault classifica a escola como sendo uma das “instituições de seqüestro” presentes na sociedade, essas instituições – como o hospital, o quartel, a prisão, o asilo – são capazes de “capturar” os indivíduos por tempos variáveis e submetê-los a diversas tecnologias de poder, transformando os indivíduos em corpos dóceis, através dos “suplícios”, como os castigos, e violências corporais.

Segundo Veiga-Neto (2003, p. 77), Foucault, em seus estudos sobre o poder, conclui que “a docilização do corpo é muito mais econômica do que o terror. Esse leva à aniquilação

² Educação bancária no sentido adotado por Paulo Freire em: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

do corpo; aquela mobiliza o corpo e reitera-lhe a força para o trabalho. Assim, se o terror destrói, a disciplina produz”. Desse modo, percebemos a “escola” como uma instituição sustentadora da nossa sociedade, tendo em vista o caráter de “controle” que ela exerce sobre os indivíduos tornando-os “dóceis” e “prontos” para o convívio na sociedade “moderna”, mesmo não sendo, esses indivíduos, “miras indolentes do poder”.

É através da escola que se veiculam discursos que limitam os indivíduos, discursos tidos socialmente como “verdades”; essas verdades limitam os indivíduos e balizam seu comportamento, moldando a identidade do sujeito-aluno. O que a sociedade em geral considera como verdade é, para Foucault, “vontade de verdade”.

Entendam-se vontades de verdade não como “sede de verdade”, mas como temas “germinados” que são tomados como verdade em relação a outros em determinados momentos históricos e que provavelmente serão questionados e desconstruídos em momentos posteriores.

Gregolin (2004) ressalta que a verdade é uma configuração histórica:

(...) não há uma verdade, mas vontades de verdade que se transformam de acordo com as contingências históricas. Apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. (p.98)

Desse modo, a verdade, segundo o que consideramos, não é permanente, pelo contrário, a verdade está relacionada a determinado momento da história, e provavelmente, será desconstruída certo tempo depois. A verdade, portanto, não existe, o que existe são “vontades de verdade”. Em “A ordem do discurso”, Foucault, a esse respeito, tece o seguinte comentário:

Certamente, se nos situarmos no nível de uma proposição, no interior de um discurso, a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta. Mas se nos situarmos em outra escala, se levantamos a questão do saber qual foi, qual é constantemente, através de nossos discursos, essa vontade de verdade que atravessou tantos séculos de nossa história, ou qual é, em sua forma muito geral, o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico constrangedor) que vemos desenhar-se. (1996, p.14)

Os jogos de verdade, de que trata Foucault, estão ligados à nossa “vontade de saber” e remetem às relações entre o verdadeiro e o falso, essas relações são construídas socialmente e servem como “balizas” do comportamento do sujeito, indicando o que se pode ou não fazer,

instituindo assim um “regime de verdade” no qual os jogos de verdade se realizam. Na escola, essas vontades de verdade estão diretamente ligadas aos saberes que nela são ensinados.

Além de conduzir o comportamento dos sujeitos, a vontade de verdade funciona como um “sistema de exclusão” que seleciona o discurso verdadeiro do falso, determinando assim o discurso que é merecedor de credibilidade social e o que não o é. Daí a importância da “escola” na formação do sujeito. A escola é uma instituição na qual inúmeras vontades de verdade são transmitidas para os alunos através dos jogos de verdade, afinal, a escola é o local onde “aprendemos” o saber válido como verdadeiro. O saber que nos conduz ao prestígio social.

Na escola o sujeito-aluno é avaliado, classificado, e até excluído de acordo com o modo com o qual esse sujeito se “apropria” e “absorve” essas vontades de verdade relacionadas ao saber. Ou seja, se o sujeito-aluno “aprende” aquele discurso do saber “verdadeiro” ele será classificado positivamente, mas se, por inúmeros motivos, ele não “absorver” aquele discurso, ele será classificado como “incapaz” e provavelmente excluído no meio em que se encontra. Sabe-se que a vontade de verdade é utilizada como um mecanismo de coerção contra os outros discursos, ou seja, a vontade de verdade é uma “arma” de quem detém o “poder”, em determinado momento, para controlar e conduzir os demais:

A vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades dos sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído. (FOUCAULT, 1996, p. 17)

Acreditamos que “são os enunciados dentro de cada discurso que marcam e sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isso é, que estabelecem um regime de verdade” (VEIGA-NETO, 2003, p. 122), fazendo com que os sujeitos tornem-se “subordinados” a esses temas fabricados. Na escola, o aluno é conduzido por esses discursos “verdadeiros” que limitam e controlam seu comportamento de modo a docilizá-los.

3 Os grandes contra os pequenos

A crônica “Os grandes contra os pequenos” (em anexo), de Rubem Braga, trata essencialmente sobre a problemática da transformação do “sujeito-criança” em “sujeito-aluno”. A crônica aborda o modo como a escola se apropria de alguns discursos a fim de

docilizar os indivíduos e de como esses indivíduos se tornam criaturas “obedientes” e sociáveis, a partir da absorção de alguns desses discursos e vontades de verdade.

A narrativa se desenvolve em torno da história de um garotinho, Gui, de oito anos, cujos pais estão deveras preocupados com seus problemas escolares. Os pais do garoto foram chamados à escola a fim de tomarem conhecimento dos problemas que seu filho vinha apresentando: “Na escola, o orientador educacional nos chamou”. (Relata a preocupada mãe do garoto) “Problemas de aprendizagem, desatenção, cabeça voando, incapacidade de concentração. Até nos mandou para um psicólogo.” A exagerada preocupação com o garoto choca o narrador, que se apresenta como amigo da criança em questão.

O exagero com o comportamento da criança chega a um ponto absurdo: “O psicólogo pediu um eletroencefalograma”, diz a mãe do garoto. E completa: “Não. Não teve nada, a mãe me tranquilizou. Mas o psicólogo pediu. Nunca se sabe...” Até ele não aceitou o exame no lugar onde mandamos fazer. Pediu outro. A falta de atenção do menino pela escola gera um drama familiar desnecessário, o que é provocado pelo discurso científico, já que estamos na era da tecnologia médica, tudo o que acontece tem que ter uma explicação médica, no caso, neurológica, a fim de validar o discurso de que se a criança não vai bem na escola, a culpa é tão somente dela, deve haver para isso uma explicação científica.

O respaldo científico legitima qualquer vontade de verdade existente em nossa sociedade, tendo em vista a credibilidade que o cientificismo traz ao apresentar pesquisas que revelam e explicam quase tudo. O saber médico classifica e estuda tudo o que foge à norma. Assim, o aluno que não se sai bem como deveria e, portanto, foge à regra, deve ser classificado como possuindo algum tipo de transtorno psico-social. Esse aspecto interfere na subjetivação do sujeito “bom” aluno, pois a ele também é transmitida a idéia de que, caso ele não esteja participando regularmente das atividades escolares, ele é diferente, possui algum tipo de transtorno e ninguém quer ser visto como “diferente”, nesse sentido, pela nossa sociedade.

O narrador relata que, preocupado com a situação do garoto, resolveu visitá-lo, e, estranhamente, o garoto não estava brincando com os demais na rua. Apesar de ser um lindo sábado de sol, o menino se encontrava em casa, estudando.

Diante da cena, o narrador, revela: “Foi aí que eu comecei a ficar preocupado. Assentadinho, no quarto, livro aberto à sua frente. Começamos a conversar e ele logo contou o que o afligia: - Tenho de fazer dezoito pontos e meio, porque se não fizer, fico de recuperação. E isto é ruim pois estraga as férias...” O problema está revelado: o garoto se

apropriou dos jogos de verdade que os adultos lhe impuseram. A escola dissemina esses jogos de verdade: Não importa o aprendizado, contanto que se obtenha a pontuação necessária para não ir para a recuperação. O controle da “nota” obtida pelo aluno é também um modo de controle desse sujeito.

A prova, ou exame, é utilizado pela escola como um dos principais mecanismos de controle do comportamento dos alunos. É preciso tirar boas notas e, para tanto, é preciso prestar atenção ao que é dito pela professora e comportar-se bem na sala de aula, além de estudar em casa e cumprir todas as obrigações escolares. Desse modo, através dessas vontades de verdade esse instrumento auxilia no processo de ensino não apenas como método de avaliação do aprendizado do aluno, mas, principalmente, como instrumento disciplinador dos alunos.

Seguidamente à revelação feita pelo garoto, o autor comenta: “Lembrei logo do ratinho preso na caixa. Se pular alto que chegue, ganha comida. Se falhar, leva um choque. O seu pêlo fica arrepiado de pavor com medo do fracasso...” O que remete à experiência que Skinner³ fez com ratos, a fim de compreender o comportamento humano. Segundo o condicionamento de Skinner, se, quando o indivíduo acerta é recompensado, e, quando erra, é punido, depois de um tempo, o indivíduo vai sempre acertar mesmo que já não seja mais punido nem recompensado. Essa vontade de verdade transmitida através do discurso científico foi bastante aceita durante muito anos e regeu o discurso da psico-pedagogia, fazendo a escola acreditar que, depois de um tempo de punições exemplares aos alunos, esses se comportariam conforme as normas exigidas pela escola, tendo em vista que não queriam ser punidos como o colega, ou como ele mesmo foi anteriormente, essa tecnologia solucionaria os problemas de indisciplina, por exemplo. Essa tecnologia percebe a mente do indivíduo, no caso a criança, como uma “caixa preta”, que só recebe o que lhe passam e deve obter a resposta esperada não importa as características individuais. Esse discurso, por sua vez, contribui para moldar o sujeito em um “bom” aluno, obediente às normas e cumpridor das tarefas escolares. Mesmo quando não será punido por descumprir qualquer regra daquele espaço.

O narrador faz essa alusão muito justificadamente, tendo em vista que o garoto de apenas oito anos de idade, já está respondendo a um sistema que o “chantageia”. O discurso

³ Burrhus Frederic Skinner: autor e psicólogo norte-americano que conduziu trabalhos pioneiros em psicologia experimental e foi o proponente do Behaviorismo Radical, que se refere à compreensão do comportamento humano através do comportamento operante.

dominante é “tire notas boas e você terá boas férias, ou seja, será um vencedor, caso contrário, será um perdedor, um fracassado”. Embora a criança não compreenda, ela já está imersa e completamente tomada por essa vontade de verdade. O sujeito-criança é tomado pelo sujeito-aluno exemplar, até mesmo quando devia estar brincando, assim se constitui a identidade do sujeito-aluno, através da apropriação por esse dos discursos disseminados no ambiente escolar.

O narrador, então, compreende o que fizeram com a criança e conclui: “O Gui ficou doente. Fizeram-no doente.” Em seguida, posiciona-se avesso ao sistema que transformou a criança em alienado e tece um comentário extremamente pertinente: “Desatenção na criança não quer dizer que ela tenha dificuldades de aprendizagem. Quer dizer que há alguma coisa errada com a escola, e que a criança ainda não se dobrou, recusando-se a ser domesticada...”

O que o autor diz, em outras palavras, foi estudado por Foucault, quando investigou as relações de poder. Numa perspectiva foucaultiana, o poder seriam forças que estão dispersas por toda camada social e que estabelecem relações entre os sujeitos. Essas forças estabelecem as “relações de poder”, que, ao contrário do que muitos acreditam, não estão retidas em uma instituição, um centro, mas estão presentes em todas as relações sociais, entre os sujeitos. Em outras palavras, o que Foucault compreende por poder é “uma ação sobre ações”. Esse poder não é mau nem bom, é necessário, principalmente para que haja a ordem.

Dentro dessas relações de poder, ao contrário do que é imaginado, não existe nem opressor nem tampouco oprimido absolutos, ou seja, como foi dito anteriormente, o poder está sempre se deslocando. Todos têm força e poder, de alguma forma. Essas ações a que se refere Foucault variam de acordo com a posição do sujeito, que hora pode ocupar a posição de subordinante, hora pode ocupar a posição de subordinado:

Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem poder sobre outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertem a situação - , não haveria de forma alguma relações de poder. (FOUCAULT, 2004, p. 277)

A resistência é a força de quem chamaríamos supostamente de “oprimido”. Só existe relação de poder, quando há alguma possibilidade de resistência por quem não está no comando em oposição a quem o detém. O sujeito que está “dominado”, ou seja, se encontra numa posição abaixo de quem o “domina”, desenvolve estratégias de resistência ao poder do

outro como forma de confrontar-se, através dessas estratégias, pode-se desafiar claramente o seu “dominador” ou não.

Observamos essa resistência, por exemplo, no caso do sujeito-aluno apresentado na crônica analisada, observamos que a estratégia de resistência adotada por ele pode ter sido, simplesmente, a de não prestar atenção na aula. Obviamente, essa estratégia não é consciente. O sujeito-aluno não sabe, isto é, não tem consciência de que está resistindo ao poder do sujeito-professor, por exemplo, ele simplesmente resiste. Como dito anteriormente, as relações de poder existem, os sujeitos-alunos estão submetidos a elas o tempo todo, o que não quer dizer que esses são miras indolentes do poder do sujeito-professor. O poder transita o tempo todo, por isso há a resistência. Essa resistência, por sua vez, é, também, parte da constituição desse sujeito.

O narrador percebe o que fizeram com a criança: “Compreendi então que a pinoquização já se iniciara. Um menininho de carne e osso já não usava mais suas próprias palavras. Repetia o que a professora dissera...” O que o narrador chama de “pinoquização”, nada mais é do que o processo de assujeitamento do indivíduo Gui, agora, transformado em sujeito-aluno e com sua formação discursiva permeada pelos atravessamentos dos discursos difundidos pela escola.

A narrativa é encerrada com as impressões do narrador sobre o que a instituição escola, aliada à sociedade, realiza com os indivíduos: “Quanto a mim, considero que isto não passa de crueldade dos grandes contra os pequenos. Torturá-los agora, em benefício daquilo que elas poderão ser um dia, se caírem nas armadilhas que os desejos dos grandes para elas armam.”

Sem intenção, o narrador nem percebe que também está submerso na mesma formação discursiva que envolveu a criança a qual ele “defende”. Pois, apesar de criticar o sistema, o narrador entrega: tudo isso é em nome de um “benefício futuro”. É como se apesar da tortura, tudo valesse a pena, pois o benefício virá. A vitória esperada. O mesmo discurso que a escola dissemina, do vencedor “estudioso” e do perdedor “não-estudioso”, está presente na formação discursiva do narrador, que se entrega inconscientemente.

Considerações finais

Os discursos disseminados pela escola são de fundamental importância para a constituição da identidade do sujeito-aluno. O indivíduo se constitui enquanto sujeito-aluno

não apenas no ambiente escolar, o estado e a família, mais especificamente, são instituições bastante relevantes para esse processo de constituição dos sujeitos.

O poder difundido através desses discursos é necessário para tornar o indivíduo apto para viver em sociedade, por isso não deve ser encarado apenas pela ótica negativa. O poder não é mal nem bom, é necessário. O poderio, ou tirania, são nocivos, mas o poder é necessário. Emane ele do Estado ou das relações interpessoais. Desse modo, compreendemos que esse processo de constituição do sujeito, principalmente do sujeito-aluno, é extremamente importante para a constituição de um sujeito-social, consciente de seus limites e responsabilidades.

A crônica serviu para exemplificar o processo de constituição do sujeito-aluno. Evidentemente, há motivações pedagógicas que se opõem ao modo que esse processo se realiza. O que é perfeitamente normal. Dependendo do modo como esse processo ocorre, pode sim, ser danoso ou prejudicial para o processo cognitivo do indivíduo. Desse modo, cabe à sociedade, família e, principalmente, à escola repensarem os métodos e as tecnologias de subjetivação desses indivíduos em sujeitos-alunos.

Referências

ALVES, R. *Estórias de quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez, 1995.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso, diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Tradução: Eni Orlandi). Campinas: EDUNICAMP, 1988.

VEIGA-NETO, A. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

Recebido em: 08/02/2010

Aceito em: 11/01/2011

Contato: carolina_coeli@yahoo.com.br

ANEXO

OS GRANDES CONTRA OS PEQUENOS

(Rubem Alves)

Vou contar uma história que aconteceu de verdade, sobre um menininho de 8 anos, meu amigo.

Em visita, perguntei pelo Gui aos seus pais.

Sua mãe me segredou, preocupada:

- Não vai bem não. Na escola, o orientador educacional nos chamou. Problemas de aprendizagem, desatenção, cabeça voando, incapacidade de concentração. Até nos mandou para um psicólogo.

Fiquei surpreso. O Gui sempre me parecera um menininho alegre, curioso e feliz. O que teria acontecido?

Sua mãe continuou:

- O psicólogo pediu um eletroencefalo...

Aí me assustei. Imaginei que o Gui deveria ter tido alguma perturbação neurológica grave, algum desmaio, convulsão...

- Não. Não teve nada, a mãe me tranquilizou. Mas o psicólogo pediu. Nunca se sabe... Até ele não aceitou o exame no lugar onde mandamos fazer. Pediu outro.

Fiquei imaginando o que deveria estar se passando na cabeça do Gui. Pai e Mãe indo conversar com o orientador, entrevista com o psicólogo. Depois aquela mesa, fios ligados à cabeça. Claro que alguma coisa deveria estar muito errada com ele. Tendo visto tantos desenhos de ficção científica na TV, é provável que ele tivesse pensado que, quando a máquina fosse ligada, os seus olhos iriam acender e piscar como luzinhas de diversões eletrônicas.

Não vi o Gui lá pela casa. Era sábado, dia lindo, céu azul. Com toda a certeza estaria longe, empinando uma pipa, jogando bolinhas de gude, rodando pião, brincando com a meninada. Dia bom pra vadiar, coisa abençoada pra quem pode. Pelo menos é isto que aprendi dos textos sagrados: que o Criador, depois de fazer tudo, descansou no sábado.

Mas não, ele estava estudando!

Foi aí que eu comecei a ficar preocupado. Assentadinho, no quarto, livro aberto à sua frente. Começamos a conversar e ele logo contou o que o afligia:

- Tenho de fazer dezoito pontos e meio, porque se não fizer, fico de recuperação. E isto é ruim pois estraga as férias...

Lembrei logo do ratinho preso na caixa. Se pular alto que chegue, ganha comida. Se falhar, leva um choque. O seu pêlo fica arrepiado de pavor com medo do fracasso...

O Gui ficou doente. Fizeram-no doente.

Letrônica, Porto Alegre v.3, n.2, p.14, dez./2010.

Eu não sabia o que é que os tais dezoito pontos e meio significavam. Mas compreendi logo que eram o limite abaixo do qual vinha o choque. O Gui já aprendera lições não ensinadas: que o tempo se divide em tempo de aflição e tempo de alegria, escola e férias, dor e prazer. E a professora ainda queria que ele se concentrasse e gostasse da coisa... Mas como? A cabecinha dele estava longe, o tempo todo, pensando em como seria boa a vida se a escola também fosse coisa gostosa.

Desatenção na criança não quer dizer que ela tenha dificuldades de aprendizagem. Quer dizer que há alguma coisa errada com a escola, e que a criança ainda não se dobrou, recusando-se a ser domesticada... Continuamos a conversa e ele começou a falar de uma forma estranha. Não aguentei e interrompi:

- Que é isto Gui? Por quê é que você não fala morro abaixo e morro acima, em vez de aclone e declive?

- Mas a professora disse...

Compreendi então que a pinoquização já se iniciara. Um menininho de carne e osso já não usava mais suas próprias palavras. Repetia o que a professora dissera...

Fiquei pensando em quem é que estava doente: o menino ou a escola.

Claro que o ratinho tem que ficar de pêlo arrepiado, pois o choque vem. E eu pergunto se não está mais doente ainda quem dá o choque, e no caso, é a escola. Surpreendi-me com esta enorme e perversa conspiração entre a direção das escolas, os orientadores, os psicólogos. Todos unidos, contra a criança. O orientador, coitado, não tem alternativas. Se se aliar à criança, é criticado. Ele é o ideólogo da instituição, encarregado de convencer os pais, por meio de uma linguagem técnica, que tudo vai bem com a escola. E que é melhor que eles cuidem da criança.

- Até que ela não é má. Só está tendo problemas. Seria bom levá-la a um psicólogo.

O psicólogo, por sua vez, fica atrapalhado. Que é que vai fazer? Desautorizar o diagnóstico de uma rara fonte de clientes? Melhor fazer um eletro. Fios gráficos dão sempre um ar de respeitabilidade científica a tudo...

Lembrei-me da velhíssima história do cliente que chegava ao analista e dizia que havia um jacaré debaixo de sua cama.

- Sua cama não está na beirada da lagoa, está? Então não há jacaré nenhum debaixo da sua cama. Volte para casa, durma bem...

E assim foi, semana após semana, até que o tal cliente não mais voltou. O analista ficou feliz. O tipo deveria ter se curado da estranha alucinação. Até que, um dia, encontrou-se na rua com um amigo do homem do jacaré e soube que ele fora comido por um jacaré que morava debaixo de sua cama!

Há muitas escolas que não passam de jacarés. Devoram as crianças em nome de rigor, de ensino puxado, de boa base. É com esta propaganda que elas convencem os pais e cobram mais caro.

Mas, e a infância? E o dia que não se repetirá nunca mais? E os sonos frequentados por pesadelos de dezoito pontos e meio, recuperação, férias perdidas e palavras de ventríloquo?

Escolas jacarés, que as crianças têm de frequentar, e quando começam a demonstrar sinais de pavor frente ao bicho, tratam logo de dizer que o bicho vai muito bem, obrigado, que é a criança que está tendo problemas, um foco cerebral certamente, precisando de neurologista, psicólogo, psicanalista, e os pais vão, de angústia em angústia, procurando ajuda, querendo o melhor para o filho.

Quanto a mim, considero que isto não passa de crueldade dos grandes contra os pequenos. Torturá-los agora, em benefício daquilo que elas poderão ser um dia, se caírem nas armadilhas que os desejos dos grandes para elas armam.

Não, Gui, fique tranquilo. Está tudo certinho com você. São os outros que deveriam ser ligados a fios elétricos até que os seus olhos piscassem como se fossem lâmpadas de brinquedos eletrônicos...